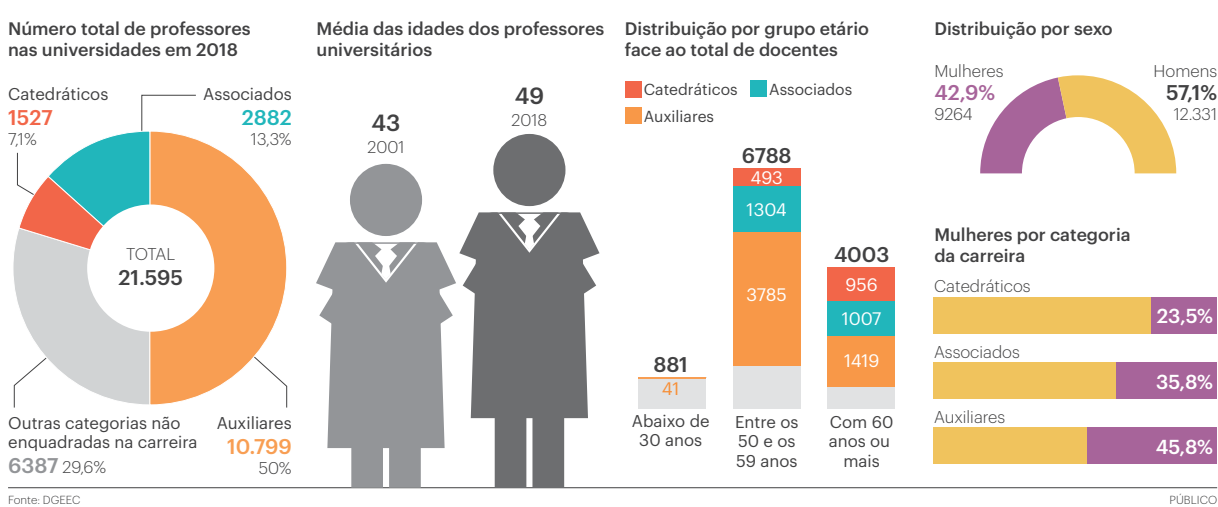




Só 20% dos docentes universitários estão no topo da carreira

Meta da lei do Estatuto da Carreira Docente Universitária, de 2009, não está a ser cumprida. Deveriam estar nestas posições entre 50% a 70% dos professores. Últimos dados dão conta de que só 20,4% estão nas categorias de catedrático ou associado

Como são os professores universitários?



Ensino superior Clara Viana

Para cumprir o que está inscrito na lei, os professores das universidades que se encontram nos lugares do topo da carreira (catedráticos e associados) já deviam, no mínimo, representar metade do total de docentes deste sector do ensino, mas por agora o seu peso não vai além dos 20,4% e tem diminuído nos últimos dez anos.

Esta é uma de várias conclusões que se podem extrair dos dados que dão forma ao Perfil do Docente do Ensino Superior em 2018, que foi divulgado pela Direcção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC) na passada semana.

Dez anos é quanto já tem também o Estatuto da Carreira Docente Universitária (ECDU), em que se estipula o seguinte: “O conjunto dos professores catedráticos e dos professores associados de carreira de cada instituição de ensino superior deve representar entre 50% e 70% do total de

professores de carreira.” Ou seja, só para chegar aos 50% seria preciso quase triplicar o número actual de professores nestas categorias, passando dos actuais 4409 para 10.787.

Nos termos do ECDU, estes limites deviam constar entre os critérios utilizados para a avaliação das instituições do ensino superior, mas até agora a Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior (A3ES) não os tem aplicado.

Em 2009, quando foi aprovado o ECDU actualmente em vigor, existiam 4660 professores catedráticos e associados, o que representava 21,5% do total de docentes universitários do ensino público e privado. Em 2018 eram 4409 e o seu peso não ia além dos 20,4%, apesar do número total de docentes universitários ter decrescido ligeiramente: passou de 21.702 em 2009 para 21.595 em 2018.

“A meta estabelecida no ECDU já devia estar a ser assegurada, mas não está como mostra o tipo de concursos que têm sido abertos, e assim continuamos muito longe de a atingirmos”

adianta ao PÚBLICO a investigadora Mariana Gaio Alves, que é também vice-presidente do Sindicato Nacional do Ensino Superior (SNESup).

Segundo dados recolhidos por este sindicato, a partir de 2011 a proporção de concursos abertos para professores catedráticos passou a ser inferior à dos procedimentos destinados ao ingresso de docentes auxiliares, que desde a aprovação do ECDU é a primeira categoria da carreira docente universitária. Em 2018, por exemplo, os concursos para a categoria de catedrático representaram apenas 14,1% do total de procedimentos abertos nesse ano, enquanto 42,5% se destinaram ao ingresso na carreira.

Metade dos professores universitários (10.799) tinha em 2018 a categoria de professor auxiliar. Para Mariana Gaio Alves, “mais do que uma abertura a novos ingressos, espelha-se nestes números o esforço de regularização de professores que estão no sistema de forma irregular (ou pelo menos precária), por vezes há décadas”, conforme escreveu

num artigo para o último número da revista SNESup. Esta investigadora não tem aliás dúvidas de que a “precariedade” continua a ser um dos traços principais do ensino superior português. Já lá iremos.

Concursos à revelia da lei

Para tentar colmatar a escassez de docentes no topo da carreira, e ao contrário do que determina a lei, o Governo decidiu autorizar as universidades a abrir, até ao final do ano, concursos internos que permitam fazer ascender professores que há mais de dez anos não tenham promoções. Segundo o estipulado na lei, os concursos para ingresso em qualquer categoria da carreira do ensino superior têm de ser internacionais. A excepção agora consagrada pelo Governo resulta de uma proposta do Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas.

“Serve apenas para desbloquear um problema grave, quer a nível da acreditação internacional, quer ao nível do cumprimento da lei nacional”, justificou o presidente do CRUP,



A meta estabelecida no ECDU já devia estar a ser assegurada

Mariana Gaio Alves
Vice-presidente do SNESup

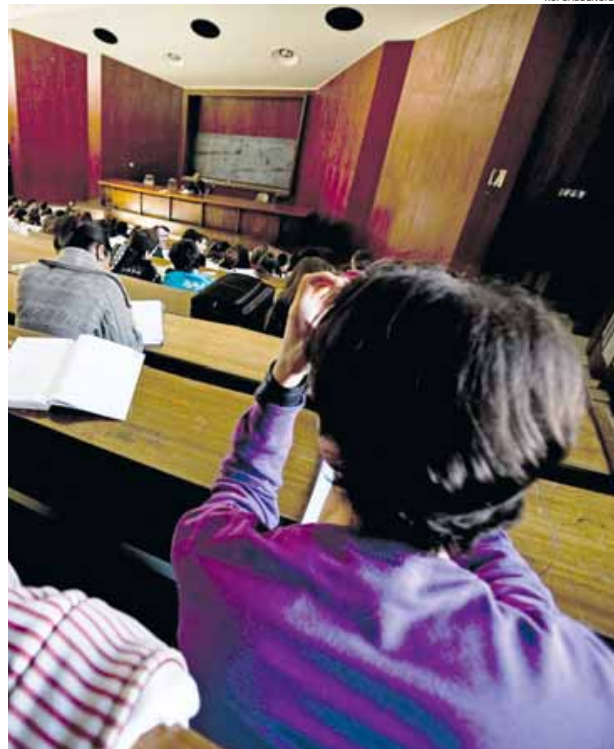
António Fontainhas Fernandes, em declarações ao PÚBLICO após a aprovação da medida pelo Governo, em Julho. Os dados coligidos pelo SNESup mostram também que, em média, 34% dos 3050 concursos abertos entre 2009 e 2018 se destinavam a lugares na categoria de professor associado. Apesar desta “abundância”, o número de professores associados desceu de 2990 em 2009 para 2882 em 2018.

O mesmo aconteceu com os catedráticos: de 1670 há dez anos pas-



Metade dos professores universitários tinha em 2018 a categoria de professor auxiliar

RUI GAUDÊNCIO



sou-se para 1527 em 2019. Neste período a proporção de concursos abertos para esta categoria foi de cerca de 16%. Esta variação negativa do contingente de professores catedráticos e associados deve-se, em grande parte, à saída para a aposentação de muitos destes docentes, já que estes grupos são os mais envelhecidos da classe docente universitária, sendo que as saídas praticamente não têm sido compensadas por novos ingressos.

Dos 1527 catedráticos que estavam em funções em 2018, 66,2% já têm 60 anos ou mais. Neste grupo etário estão também cerca de 35% dos professores associados. Alargando o universo e as faixas etárias, refira-se que entre os docentes universitários cerca de 74% têm 50 anos ou mais. Há dez anos esta proporção era de 37,2%. Dos professores que estão na carreira, apenas 41 tinham idades inferiores a 30 anos em 2018. O envelhecimento é assim uma marca de toda a classe docente, seja do ensino básico e secundário ou do superior. Mas as consequências des-

te fenómeno não são iguais, frisa Mariana Gaio Alves: "Ao contrário do ensino básico e secundário, onde começam a escassear os candidatos a professores, no ensino superior temos uma larga mão-de-obra de pessoas qualificadas que continuam em situação de precariedade, não tendo por isso ainda conseguido entrar na carreira."

Na prática esta é uma realidade que pode ser assim descrita: cerca de 40% dos professores continuam com contratos a prazo e perto de um terço está contratado a tempo parcial, o que implica vencimentos mais baixos. "É uma situação que não só provoca incerteza entre estes docentes, como também não garante que o sistema possa ter uma massa crítica estabilizada", comenta Maria Gaio Alves, que chama também a atenção para o aumento de outro tipo de precariedade: o recrutamento para posições que não estão enquadradas nas carreiras existentes, o que implica uma "maior vulnerabilidade".

cviana@publico.pt



[Excepção para concursos internos] serve apenas para desbloquear um problema grave

António Fontainhas Fernandes
Presidente do CRUP



Investigadores continuam à espera de contratos do PREVPAP

Patrícia Carvalho

Só um processo foi concluído. Universidades apontam conclusão de regularizações para os próximos meses

Quando o secretário-geral do PCP, Jerónimo de Sousa, disse, numa acção de campanha, que "em Junho ainda só tinham sido formalizados 16 contratos de docentes e um investigador", ao abrigo do Programa de Regularização Extraordinária dos Vínculos Precários na Administração Pública (PREVPAP), Nuno Cerca, da Associação Nacional de Investigadores em Ciência e Tecnologia (ANICT) não ficou surpreendido. Durante o mês de Setembro, a associação tinha desafiado os seus membros a responder a um inquérito *online* sobre este tema e os resultados indicam que as instituições do ensino superior "não estão a cumprir a lei do PREVPAP".

A questão são os prazos, explica Nuno Cerca depois de olhar para as 118 respostas obtidas no inquérito informal – há 170 investigadores com os processos aprovados para regularização ao abrigo daquele programa lançado em 2017, segundo dados de Junho do Observatório do Emprego Científico. "A lei prevê que no caso das instituições públicas seja aberto um concurso com carácter de urgência até 30 dias após a notificação oficial dos resultados, mas no caso das instituições que se regem pelo regime privado, não é necessário concurso e o contrato deve ser estabelecido imediatamente", diz o investigador, lembrando que estão neste último grupo as universidades de Aveiro, Minho, Nova de Lisboa e Porto.

Segundo as informações recolhidas pela ANICT, 18,6% dos investigadores que responderam ao inquérito tinham recebido uma resposta positiva (61% ainda aguardava uma resposta) e as primeiras notificações, de diferentes instituições, começaram a

chegar a partir de Junho de 2018, prolongando-se até Agosto de 2019. Contudo, defende Nuno Cerca, as reuniões das comissões de avaliação bipartida – que analisaram cada caso e que incluem representantes das instituições com precários – decorreram já em 2018, pelo que, mesmo sem a homologação dos requerimentos, as universidades já tinham conhecimento há muito dos casos que seriam aprovados, podendo ter agilizado os processos, defende.

A realidade é que a esmagadora maioria dos contratos de trabalho continuam sem chegar às mãos dos investigadores que viram o processo aprovado. "É ridículo demorar-se tanto tempo. As universidades estão a protelar, protelar, protelar, com prejuízo financeiro e pessoal para os envolvidos", diz.



O investigador Nuno Cerca defende que as universidades poderiam ter agilizado os processos

Questionada pelo PÚBLICO, a Universidade do Minho (UM) confirma que recebeu 40 candidaturas de investigadores ao PREVPAP, 12 das quais foram aprovadas. Fonte da UM explica que "todos os candidatos foram notificados em Agosto" deste ano e que, até à data, "ainda não ocorreu a integração de qualquer candidato". O processo de integração está a ser avaliado pelo conselho de Gestão, acrescenta a mesma fonte, sendo expectável que "o processo possa ser concluído num prazo de um a dois meses".

Em Aveiro, dos 54 requerimentos de investigadores ao abrigo do PREVPAP, 41 viram os processos aprovados e 24 destes já foram homologados. Para já, também não foi feito qualquer contrato, diz fonte da UA, explicando que os mesmos "estão em fase de elaboração, pois a universidade só foi notificada em Agosto".

A Universidade do Porto também

adianta não ter ainda qualquer contrato feito ao abrigo do PREVPAP, entre investigadores e docentes universitários, embora afirme que o processo "está na sua fase de conclusão", prevendo-se que os primeiros vínculos possam vir a ser realizados "já no início de Outubro" e a maioria dos restantes ficar concluída até ao final desse mês. Em causa estão cerca de 37 casos que foram aprovados, mas "as últimas homologações dos processos de regularização são de Agosto de 2019, pelo que só com a conclusão dessa fase foi possível avançar para a preparação do procedimento a adotar para a regularização", explica fonte da instituição.

Destes, há três casos que tiveram já a sua situação regularizada, mas não ao abrigo do PREVPAP, uma vez que "estavam já identificados e, por isso, tinham sido já iniciados os processos de contratação para regularização do vínculo enquanto decorria ainda o processo de análise do PREVPAP".

Já a Universidade Nova de Lisboa esclarece que, entre docentes universitários e investigadores foram aprovados 34 requerimentos ao abrigo do PREVPAP. Fonte da instituição afirma que "foram já regularizados quase um terço das situações", encontrando-se as restantes "em processo de regularização que deverá terminar muito em breve, sendo que dois requerentes desistiram por terem sido contratados, em sede de concurso, como docentes de carreira". Não foi possível esclarecer em tempo útil se algumas das situações já com vínculo estabelecido era referente a investigadores.

O Ministério do Ensino Superior não esclarece quantos contratos com investigadores foram feitos ao abrigo do PREVPAP, remetendo as suas respostas para os dados mais recentes do Observatório do Emprego Científico, de Junho deste ano. Havia, nessa altura, um concurso aberto ou em fase de conclusão para investigadores e apenas um contrato formalizado.

patricia.carvalho@publico.pt